

SEMINÁRIO DIREITO PRIVADO E TECNOLOGIA

RESUMO EXPANDIDO

Título

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ÁREA DA SAÚDE: DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA E DESAFIOS À RESPONSABILIDADE CIVIL

Autoria

Isadora Silvestre Coimbra

Mestranda em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Advogada.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2734636577914453>

E-mail: isadorascoimbra@gmail.com

Grupo de trabalho

GT 3 – Relações Privadas, Instituições e Inteligência Artificial

Contextualização

A incorporação da inteligência artificial (IA) no setor da saúde tem promovido avanços significativos na precisão diagnóstica, na personalização de tratamentos e na otimização dos serviços. No entanto, sua aplicação tem suscitado preocupações jurídicas e éticas, sobretudo no que se refere à ocorrência de discriminação algorítmica e à definição de responsabilidade civil por danos decorrentes de decisões automatizadas. A presente pesquisa propõe uma análise jurídica crítica sobre os impactos da IA na saúde, especialmente quanto à proteção dos direitos fundamentais dos pacientes e à necessidade de regulação normativa.

Problema

Como garantir a responsabilização jurídica e a proteção contra discriminação algorítmica no uso da inteligência artificial na saúde diante da ausência de legislação específica?

Objetivo geral

Analisar os desafios jurídicos associados à responsabilidade civil e à discriminação algorítmica na aplicação da IA na saúde.

Metodologia

A pesquisa é qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. Utilizou-se o método dedutivo, valendo-se da análise bibliográfica e documental de legislações, doutrina nacional e estrangeira,

jurisprudência e regulamentações internacionais, com especial atenção para documentos emitidos pela União Europeia, OCDE e UNESCO, bem como projetos legislativos brasileiros em tramitação no Congresso Nacional.

Uso de ferramentas de IA

Foi utilizado o ChatGPT 4.0 para a organização e adaptação do resumo expandido conforme o template do congresso, com o prompt para reformular o conteúdo do artigo original com foco jurídico. O resultado foi revisado pela autora.

Relevância / Originalidade

A pesquisa é relevante por tratar de tema atual e sensível, propondo soluções jurídicas para um problema emergente na sociedade digital contemporânea.

Desenvolvimento estruturado

1. Discriminação algorítmica e impactos jurídicos

Analisa-se como a utilização de dados enviesados pode resultar em discriminação, violando o princípio da igualdade e os direitos fundamentais.

2. Lacunas legislativas e responsabilidade civil

Estuda-se a ausência de normativas específicas sobre responsabilidade civil em caso de falhas de sistemas de IA aplicados à saúde.

3. Panorama normativo nacional e internacional

Compara-se a legislação brasileira com diretrizes internacionais, como a GDPR, o AI Act europeu e a LGPD.

4. Propostas regulatórias

Sugere-se a construção de um marco legal nacional para o uso ético e responsável da IA na saúde, com base nos princípios da transparência, responsabilização e segurança jurídica.

Resultados esperados

Pretende-se contribuir para o debate acadêmico e institucional acerca da regulação da IA na saúde, demonstrando a necessidade de um marco jurídico que assegure a responsabilização adequada, a prevenção de danos e o respeito aos direitos fundamentais dos pacientes.

Contribuições

Contribuições teóricas e normativas para a construção de uma base jurídica sólida para o uso ético da IA na saúde.

Levantamento bibliográfico

-

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Vigilância líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.338/2023. Estabelece fundamentos e princípios para o uso da Inteligência Artificial no Brasil.

FLORIDI, Luciano et al. *AI4People – An Ethical Framework for a Good AI Society*. Minds and Machines, 2018.

RAI, Arti K. *Accountability in Algorithms*. Harvard Journal of Law & Technology, v. 33, n. 2, 2020.

